

A inovação na economia da cultura em políticas públicas nos estados do nordeste brasileiro. Concepções, relações e contribuições na perspectiva do desenvolvimento regional

Innovation in the Economy of Culture in Public Policies in Northeastern Brazilian States. Conceptions, Relationships and Contributions from a Regional Development Perspective

Innovación en la Economía de la Cultura en las Políticas Públicas de los Estados del Nordeste Brasileño. Concepciones, Relaciones y Contribuciones desde una Perspectiva de Desarrollo Regional

Samara Eugênia Viana Moura Rabêlo
Universidade Federal do Piauí (Brasil)
sameu@ufpi.edu.br | <https://orcid.org/0000-0001-7748-9869>

Cândida Alves Araújo
Universidade Federal do Piauí (Brasil)
candida.av@hotmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-5933-932X>

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria
Universidade Federal do Piauí (Brasil)
fabiana.almeida.flf@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-8365-8593>

Alexandre Rabêlo Neto
Universidade Federal do Piauí (Brasil)
alexandrabelo@ufpi.edu.br | <https://orcid.org/0000-0002-8480-6209>

Recibido 25/10/2022 – Aceptado 20/03/2023

Resumo: O artigo verifica as políticas públicas de cultura implementadas em nove estados do nordeste brasileiro entre os anos de 2016 a 2020, considerando a edição do Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC). Por meio de abordagem qualitativa, exploratória, descritiva, com levantamento documental de dados em sítios eletrônicos oficiais das pastas de cultura dos Estados, considerando as categorias “economia da cultura” e “economia criativa”, a análise dos documentos selecionados sugere que a Economia da Cultura ou Economia Criativa foi pouco explorada nas políticas de cultura dos Estados pesquisados, bem como o conceito de inovação, raramente é citado. Esse estudo contribui ao vislumbrar como a dimensão econômica da cultura é abordada, considerando a perspectiva da inovação, e, com isso, suscitar investigações e ações que demonstrem a contribuição da cultura para o desenvolvimento local e promovam melhor articulação dessas concepções e práticas a partir de relações entre inovação, cultura e economia para o desenvolvimento de políticas públicas para o setor.

Palavras-chave: cultura, políticas públicas, inovação

Para citar este artículo: Viana Moura Rabêlo, S. E.; Alves Araújo, C.; et. al. (2023). A inovação na economia da cultura em políticas públicas nos estados do nordeste brasileiro. Concepções, relações e contribuições na perspectiva do desenvolvimento regional. *DAAPGE* vol.23, nº39. 2022. DOI: 10.14409/daapge.2022.39.e0031

Publicación de acceso abierto bajo licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional



Abstract: The article verifies the culture public policies implemented in nine northeastern Brazilian states between the years 2016 and 2020, considering the edition of the 'Programa Nacional de Economia da Cultura' (PNEC). Utilizing a qualitative, exploratory, descriptive approach, with documentary data survey in official electronic sites of the States' culture portfolios, considering the categories 'economy of culture' and 'creative economy', the analysis of the selected documents suggests that the Economy of Culture or Creative Economy was little explored in the culture policies of the researched States, as well as the concept of innovation, is rarely mentioned. This study contributes by providing a glimpse of how the economic dimension of culture is approached, considering the perspective of innovation, and, thus, to encourage investigations and actions that demonstrate the contribution of culture to local development and promote better articulation of these conceptions and practices based on the relations between innovation, culture and economy for the development of public policies for the sector.

Keywords: culture, public policies, innovation

Resumen: El artículo verifica las políticas públicas de cultura implementadas en nueve estados del nordeste brasileño entre los años 2016 y 2020, considerando la edición del 'Programa Nacional de Economía da Cultura' (PNEC). A través de un abordaje cualitativo, exploratorio, descriptivo, con levantamiento de datos documentales en sitios electrónicos oficiales de las carteras de cultura de los Estados, considerando las categorías 'economía de la cultura' y 'economía creativa', el análisis de los documentos seleccionados sugiere que la Economía de la Cultura o Economía Creativa fue poco explorada en las políticas de cultura de los Estados investigados, así como el concepto de innovación, es raramente mencionado. Este estudio contribuye a dar una idea de cómo se aborda la dimensión económica de la cultura desde la perspectiva de la innovación y, por lo tanto, a impulsar investigaciones y acciones que demuestren la contribución de la cultura al desarrollo local y promuevan una mejor articulación de estas concepciones y prácticas basadas en las relaciones entre innovación, cultura y economía para el desarrollo de políticas públicas para el sector.

Palabras clave: cultura, políticas públicas, innovación

1. Introdução

Dos estudos desenvolvidos sobre os marcos contemporâneos do capitalismo pós-industrial, surgem importantes contribuições no sentido de compreender o papel da cultura, da inovação e da criatividade para o desenvolvimento (Cruz & Oliveira, 2015). Momento importante para o debate da relação entre cultura e desenvolvimento, a Mondiacult, ou Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada no México em 1982, sublinha o elo entre economia e cultura, entre desenvolvimento econômico e cultural e esboça princípios para políticas culturais fundadas no reconhecimento da diversidade entre os grupos humanos (Campos Fioretti & Florissi, 2011).

Sachs (2005) descreveu a evolução do conceito de desenvolvimento, desde as ideias iluministas de progresso, até a ampliação do conceito para além do aspecto econômico, com análise de outras dimensões, como, a social, a política, a cultural e a ambiental. O caminho para o desenvolvimento, para Sachs (2005), representa a busca de satisfação das necessidades humanas autodefinidas.

Por outro lado, Furtado (1984, 2012) enfatiza a centralidade estratégica da cultura para a superação do subdesenvolvimento do capitalismo global, quando reforça a necessidade do enriquecimento da cultura em múltiplas dimensões, quando a criatividade e a capacidade de inventividade são acionadas por meio da política, a serviço do processo de enriquecimento cultural da sociedade.

Ainda considerando a centralidade da cultura, considera-se a relação da cultura com sistemas de valores e com o processo de desenvolvimento das forças produtivas (Cruz & Oliveira, 2015). Para Furtado (2012), o setor cultural pode contribuir com um 'autêntico processo de desenvolvimento', quando são acionados crescimento econômico com a melhoria das formas de convivência social e a abertura de espaços à realização das aspirações materiais, espirituais, de cidadania, devendo ser parte da política social.

A cultura, nesse escopo, representa campo de produção de sentidos, materializada na forma de bem ou serviço simbólico-cultural (Cruz, 2015); elaboração que intenciona alcançar algum público, com base em meios específicos de expressão (Botelho, 2001). A ideia de economia criativa, nesse caminho, defendida por governos e organizações internacionais, relaciona a cultura, à economia e aos modelos de sociedade, quando a inovação é reconhecida como saber local, com importante valor simbólico agregado (De Marchi, 2014).

Com a economia criativa, portanto, o desenvolvimento pode ser compreendido em perspectiva multidisciplinar, com integração da economia, da tecnologia e da cultura, com enfoque em serviços e produtos culturais com elevados conteúdos criativos (Procopiuck, Mari & Freder, 2013).

Considerando o avanço teórico da economia criativa, em ascensão desde os anos 2000, observa-se maior atenção dos governos em relação à cultura, à responsabilidade política e à administração pública, com criação

de ministérios, secretarias e departamentos para lidar com as indústrias criativas; no Brasil, representado pela Secretaria de Economia Criativa no Ministério da Cultura (SEC/MinC) (Oliveira, Araújo & Silva, 2013).

De 2015 a 2016, no Brasil, foi formulado o Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC), pelo Ministério da Cultura (MinC), como parte de um esforço no sentido de construir um conjunto de ações destinadas à elaboração de uma Agenda de Economia da Cultura (AEC), com ampla articulação do Sistema MinC, órgãos públicos da administração federal e iniciativa privada, além do apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Pacheco, 2017).

Parte-se, então, da relação entre cultura, economia criativa e contribuições para o desenvolvimento, com escopo regional e reconhecimento dos valores e saberes locais. Assim, o estudo objetiva examinar políticas públicas de cultura em nove estados do nordeste, entre os anos de 2016 a 2020, considerando o marco do Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC). Como instrumento de planejamento do Ministério da Cultura para políticas públicas culturais, a pesquisa considera a dimensão econômica da cultura, buscando compreender políticas na perspectiva da inovação, e promoção do desenvolvimento socioeconômico, com geração de riqueza, emprego e renda.

2. Desenvolvimento, Cultura e Políticas Públicas

O conceito de cultura é concebido na literatura com base em duas abordagens: a ampliada, conhecida como antropológica; e a restrita, ou sociológico (Furtado, 1984, Cruz, et al., 2015, Botelho, 2001). A abordagem ampliada compreende a cultura como eixo de expressão das identidades, histórica e socialmente construídas, com suporte em sistema de valores da sociedade (Furtado, 1984, Cruz & Oliveira, 2015); ao passo que a restrita, compreende cultura como uma produção de sentidos que possui a finalidade de alcançar algum público, como, um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas (Botelho, 2001).

Na perspectiva do desenvolvimento, a cultura se apresenta tanto em abordagem restrita, quanto ampliada, haja vista o reconhecimento da interação social dos indivíduos, com seus valores, identidades e diferenças, modos de pensar e sentir, que, na concepção sociológica, confere campo “[...] singular e especializado, que comporta instituições, profissões, atores, práticas, teorias, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos, regras e sanções” (Cruz & Oliveira, 2015, p. 58).

Concebida na sua dimensão ampliada, a cultura é estratégica para o desenvolvimento, haja vista expressar conteúdos identitários caros aos pactos celebrados entre os variados atores sociais, que devem, necessariamente, ser considerados, para que os projetos de desenvolvimento não tenham caráter meramente exógeno e tecnicista, alheio aos embates sociopolíticos que conformam a vida social (Cruz & Oliveira, 2015).

O desenvolvimento, para Porto (2007), deve ser discutido com suporte em uma política baseada em preceitos culturais, considerando valores que contribuam com uma abordagem inovadora ao processo. Sem isolamento da cultura de outras esferas da ação pública, e com possibilidade de formular uma agenda capaz de se legitimar de forma independente na vida pública, que colabore com o desenvolvimento, para além de riqueza material.

Concepção de desenvolvimento também preconizado por Sen (2000) considera cada indivíduo sujeito ativo de mudança, e não receptor passivo de benefícios. Desenvolvimento entendido como processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam para além da industrialização, das rendas pessoais, do avanço tecnológico ou progresso social, e contribui para a formação de agentes aptos a figurar na vida pública de forma consciente e ativa, em uma sociedade plenamente capaz de estabelecer participação cidadã. Para tanto, essa expansão pode ser conferida quando políticas públicas atuam na perspectiva de soluções construídas com suporte em problemas e necessidades reais (Botelho, 2001), sempre orientadas para as mudanças que contribuam para a melhoria das condições de vida da população (Botelho, 2007).

A política cultural, nesse contexto, reconhece seus principais destinatários: o povo; superando a lógica do entretenimento, para criar oportunidades reais de enriquecimento humano; acesso ao conhecimento culturalmente diverso, do reconhecimento das várias identidades culturais, ‘de experiências culturais que emocionem, que modifiquem a nossa maneira de ver e estar no mundo’ e ‘nos habilitem, se assim desejarmos, a ser ativos participantes das escolhas sobre nosso presente e nosso futuro’; uma política cultural, enfim, voltada para as pessoas. (Porto, 2007).

Nessa perspectiva, a identidade cultural permite a busca da coerência dos sistemas de valores de uma comunidade ou sociedade, indo ao encontro de compreender cultura como: (i) como um mecanismo de valores de uma determinada sociedade; e (ii) patrimônio e também como manifestações culturais, onde está absorvida a identidade cultural (Furtado, 1984).

No Brasil, a cultura sempre se constituiu espaço de privilégio dos setores mais conservadores da sociedade, das oligarquias nacionais e locais, cuja supremacia, construída sobre a cultura popular brasileira, fora fortemente influenciada pela cultura internacional (Bolaño, 2015). Embora a relação com o Estado tenha longa história, a elaboração de políticas públicas com articulação e preocupação na preparação e confecção de ações de maior alcance, com projeção de futuro, é recente (Calabre, 2007).

Porto (2007), nesse caminho, sinaliza que os temas da cultura, do desenvolvimento, da democracia e da cidadania adentram a agenda política nacional, com realização de debates, seminários, apresentações de documentos de secretarias e fundações culturais apenas a partir dos anos 2000, em 'debate tardio', considerando 20 anos após a implantação do Ministério da Cultura, em 1985, no período da redemocratização do país.

Como percurso em políticas públicas, o ano de 1985 é considerado referência, em função da implantação do Ministério da Cultura, quando o tema caracteriza-se como uma área de conflito de privilégios para isenção fiscal de setores artísticos, com lobby de aprovação dos tetos permitidos nas comissões de cultura e, pelas verbas publicitárias e de marketing das grandes empresas brasileiras, o que se traduziu no favorecimento dos interesses privados e das soluções reduzidas a poucos, sobre as necessidades de um corpo social diverso a quem se nega o direito de emancipação cultural e visibilidade pública (Porto, 2007).

A lógica do favorecimento, traduzida em política de cultura, não resulta em cultura para o desenvolvimento e a democracia, quando o investimento em cultura privilegia comunicação e marketing pagos com dinheiro do contribuinte, financiadas pelas verbas de publicidade e os lucros das operações ou do mercado financeiro (Porto, 2007).

Centrada no incentivo fiscal, ocultam-se os movimentos sociais e culturais e a 'produção cultural' afasta o espírito público que deve orientar escolha dos órgãos de competência do estado, preservando o direito às diferenças e o acesso às fontes estatais em condições de igualdade, reduzindo a política cultural a uma ação casuística e de pouco interesse público (Porto, 2007).

Políticas públicas, em especial, a política cultural, assume diversidade de propósitos, concepções e, com isso, definem objetivos variados (Lima et al., 2013). Exemplos de políticas culturais são reconhecidas ante o anseio pela formação da identidade e do patrimônio cultural pelos estados modernos, como a construção de espaços de preservação cultural, monumentos cívicos e lugares de memória. Entre os anos de 2000 e 2010, por exemplo, há dois movimentos em relação às políticas culturais no Brasil: de um lado, a difusão da cultura consagrada, ou políticas de identidade nacional; e, de outro, a valorização das práticas culturais populares ou comunitárias, ou políticas de reconhecimento da diversidade. (Lima et al., 2013). É o momento em que há maior manifestação das identidades sociais, incluindo múltiplas identidades étnicas e culturais (Arantes, 2007).

No contexto dual, identidade nacional e reconhecimento da diversidade, observam-se mudanças na dinâmica econômica que se desloca da economia industrial para se concentrar em setores dedicados à comunicação e à manipulação de informações (Castells, 2000). A geração de valor nas economias capitalistas migra das atividades industriais para as atividades 'informacionais', quando a cultura, domínio do simbólico, assume maior relevância econômica (Lima et al., 2013).

Debates internacionais contribuem com a urgência de informação estruturada, útil aos tomadores de decisões, aos atores da cultura e aos cidadãos, com vistas à ampliação de políticas públicas de cultura (Tolila, 2007). Dois movimentos são essenciais para entender essas mudanças: a adoção pelo governo inglês de uma política de desenvolvimento econômico com geração de valor, baseado na criatividade e na propriedade intelectual que a protege; e produção científica voltada às políticas públicas, com suporte em estudos sobre a concentração econômica 'espontânea' de atividades produtivas (clusters) (Porter, 1998; Sunley, 2003), com apoio da intervenção do Estado para viabilizar processos no âmbito local (Oakley, 2006).

Com a definição 'setor criativo', emergente, observam-se presentes a 'cultural' tradicional, com ampliação às atividades 'simbólicas' como a publicidade, o software e a arquitetura (Lima et al., 2013). A economia criativa, então, disseminada por agências e organismos internacionais, reconhece o uso de instrumentos de política industrial para ampliar o setor criativo no conjunto das atividades econômicas, considerando o Produto Interno Bruto e a geração de empregos (Dias, 2014).

Em torno da cultura atrelada à economia, considerada em forma de políticas de intervenção e de regulação por Lima et al. (2013), há duas abordagens: políticas de proteção à indústria cultural nacional e políticas de economia criativa. Sendo possível, ainda, identificar uma tipologia de três importantes gerações de políticas públicas na área da cultura: (i) geração de formação da identidade e preservação do patrimônio, (ii) intervenção e regulação econômica e (iii) produção e difusão cultural, conforme o quadro 1.

Quadro 1. Tipologia histórica das políticas culturais

	Conceito de cultura	Objetivo da política	Instrumentos de intervenção
Políticas de primeira geração: consolidação da identidade e preservação do patrimônio			
Políticas de identidade nacional	Cultura como identidade nacional	Consolidar a identidade nacional e preservar o patrimônio	Museus históricos nacionais, monumentos cívicos, missões folclóricas de resgate da cultura nacional
Políticas de reconhecimento da diversidade	Cultura como diversidade identitária	Reconhecer a diversidade das comunidades que integram o Estado nacional	Museus étnicos, patrimônio imaterial
Políticas de segunda geração: intervenção e regulação econômica do setor cultural			
Políticas de proteção à indústria cultural nacional	Cultura como conjunto de bens simbólicos que podem ser reproduzidos seriamente	Diminuir o impacto (cultural/econômico) da indústria cultural estrangeira e fortalecer a indústria nacional	Cotas cinematográficas, estímulo fiscal à produção de conteúdo nacional
Políticas de economia criativa	Cultura como setor de atividade econômica	Fomentar o setor econômico criativo	Incentivo aos setores criativos, formação de clusters, cidades criativas
Políticas de terceira geração: difusão e produção cultural			
Políticas de democratização da cultura	Cultura como belas artes	Ampliar o acesso à cultura consagrada	Centros culturais orientados à difusão, orquestras públicas com entradas subsidiadas
Políticas de democracia cultural	Cultura como modo de vida	Apoiar a produção simbólica dos diversos segmentos sociais	Fomento à cultura popular e comunitária

Fonte: Adaptado de Lima et al. (2013).

Dessa forma, as políticas desenvolvidas na área da cultura são diversas e multifacetadas, construídas por meio da dinâmica social, econômica e histórica desenvolvidas ao longo da história da economia do país. A inovação, nesse caso, como reflexão importante da pesquisa, merece atenção específica.

3. Inovação em Políticas Públicas de Cultura e a Emergência da Economia da Cultura

A inovação, na perspectiva do progresso técnico, é concebida atrelada à economia, em processo cíclico do desenvolvimento econômico. Outras contribuições, porém, são observadas para analisar processos inovadores, quando são reconhecidos a participação e os diálogos marcados pela democratização de suas fontes e da valorização da interação entre sociedade civil, empresariado, governo e academia (Ghezzi & Vidigal, 2016)

Em outras lentes sobre inovação, apoia-se em modelo social e regional, no caminho do capital social, conhecimento e criatividade, em que a dimensão cultura é referência (Garcia, 2016).

Ghezzi e Vidigal (2016) afirmam a política pública cultural como um conjunto de ações e iniciativas programáticas coordenadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas e grupos comunitários, visando atender as necessidades culturais da população, proporcionar o desenvolvimento de suas representações simbólicas e gerar espaços de coesão para processos de ordenamento, transformação social e compartilhamento de modos de vida.

O atendimento de necessidades culturais, nesse caso, envolve a participação social na configuração de políticas públicas. Por meio do controle social, considera-se possível o aperfeiçoamento de ações e programas, especialmente no que diz respeito à sua formulação e avaliação, a partir da exposição de demandas e

reivindicações. O caráter inovador da participação reside em novos aspectos do arranjo institucional: (i) a composição diversa e paritária, (ii) a natureza pública dos acordos firmados, e (iii) a competência decisória (Tatagiba, 2011).

Considerando o papel do Estado na capacidade de forjar processos e sistemas inovativos (Mazzucato, 2014), a inovação relaciona-se à economia da cultura, ao passo que ativa, impulsiona e transforma as bases da competitividade socioeconômica de uma determinada economia (Ghezzi & Vidigal, 2016). Relação que merece atenção, ao passo que em perspectiva pós-industrial, Howkins (2002) informa que as atividades culturais e criativas são responsáveis por parte significativa da geração de renda e emprego de um país.

Na seara da ciência econômica, o reconhecimento dos bens e serviços culturais e criativos sob a lente da economia da cultura envolve desafios adicionais (Tolila, 2007), posto que a essência dos símbolos culturais é estranha à racionalidade econômica (Amaral Filho, 2009). Como resultado, se observam resistências da área econômica em pensar a cultura, pela dificuldade de mapear e valorar dados, bens e ações culturais; e, ainda, que se reconheça as indústrias culturais, a resistência de instâncias tradicionais da cultura, em razão de possíveis desvios advindos da adoção de um aspecto comercial para a arte e a cultura (Varzea, 2020). Em torno desse debate, toma-se a reflexão de Furtado (1988), ao conceber cultura como sistema de valores sustentado em finalidades, sendo essas distantes do cálculo econômico.

Com a perspectiva da economia da cultura, surge o Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC) em 2015 pelo Ministério da Cultura (MinC) (Ghezzi & Vidigal, 2016), com ações destinadas à elaboração de uma Agenda de Economia da Cultura (AEC), com ampla articulação e participação do Sistema MinC, órgãos públicos da administração federal e iniciativa privada, além do apoio da UNESCO (Pacheco, 2017). Com o PNEC observa-se defesa da diversificação da economia brasileira com apoio da inclusão produtiva e o aquecimento do mercado interno, afirmando a posição da cultura enquanto vetor, contexto e finalidade do desenvolvimento, do território como principal plataforma de organização e intervenção do processo de desenvolvimento e da diversidade cultural como o principal ativo a ser expresso, refletido e valorizado nessas estratégias (Brasil, 2016). O PNEC, portanto,

[...] engloba atividades relacionadas à criação, produção, e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza. Estes conteúdos estão protegidos pelo direito autoral e podem tomar a forma de bens e serviços. São intensivas em trabalho e conhecimento e que estimulam a criatividade e incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização. (Unesco, 2005)

No relatório final PNEC, publicado em 2016, são destacados processos econômicos nascidos a partir de organizações e agentes culturais (Brasil, 2016), com contribuição para a produção de riqueza nacional. Além disso, destaca o papel dos segmentos culturais na malha empresarial brasileira, em razão da alta densidade de micro empreendimentos, e do total de ocupações formais no Brasil (Brasil, 2016).

O PNEC também pode ser considerado um método de análise de fenômenos culturais, para balizar a tomada de decisão em políticas públicas culturais (Pacheco, 2017), haja vista que institui quatro Sistemas Estruturantes da Agenda de Economia da Cultura (AEC): (i) Regulação; (ii) Formação; (iii) Financiamento; e (iv) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Além da função do Estado nesses quatro sistemas – regulação, financiamento, formação e PDI – destaca-se a função indutiva do Estado, de geração e gestão de referenciais políticos que vinculam as políticas públicas e propicia a mobilização de diferentes agentes, considerando o pacto federativo (Brasil, 2016).

4. Métodos e Técnicas

A pesquisa, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolve análise de documentos, considerando possibilidades variadas no sentido da apreensão, da compressão e da análise de documentos (Favero & Centenaro, 2019). Segundo Calado e Ferreira (2005), a análise de documentos é constituída por duas etapas: (i) a coleta dos documentos; (ii) e posteriormente, a análise de conteúdo.

Para a pesquisa, coletaram-se documentos nos sítios eletrônicos oficiais das Secretárias de Cultura dos Estados, ou órgão equivalente, dos estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia, do recorte temporal de 2016 a 2020, considerando o Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC) em 2016, como marco inicial. As consultas foram realizadas entre os dias 25 a 30 de junho de 2021, com observância da sequência:

- i. identificar o organograma das secretarias de cultura dos estados e analisar existência de coordenações ou gerências, destinada à Economia da Cultura, nos moldes do que acontece no modelo nacional. Isto possibilita compreender a organização e institucionalização das políticas públicas nos estados.
- ii. descritores para o levantamento dos documentos, ou categorias prévias de análise, 'economia da cultura' e 'economia criativa', a) busca nos campos visíveis dos sítios eletrônicos dos Estados; b) quando não encontrado, a busca foi realizada no campo de busca nos sítios das secretarias ou fundações.
- iii. verificar se o sítio eletrônico apresenta campo específico para a publicação de editais. Na sequência, busca dos descritores em editais.

Para a seleção dos documentos foram consideradas duas etapas: (i) análise dos textos para identificar se os descritores utilizados se referem aos conceitos de 'economia da cultura' e 'economia criativa' e, por fim, (ii) foram descartados textos de notícias de eventos. Na sequência, os documentos do corpus da pesquisa foram apreciados na perspectiva da inovação. Foram selecionadas notícias relacionadas às políticas públicas, leis, decretos e editais de cultura.

5. Apresentação dos Resultados

A partir das evidências encontradas, foi possível classificar os documentos nas categorias prévias de análise explicadas na seção de metodologia, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Categorias de análise da pesquisa

Categorias de Análise	Estados do Nordeste – Brasil								
	PI	MA	CE	RN	PE	PB	AL	SE	BA
Economia da Cultura	10	8	346	21	10	3	14	10	5
Economia criativa	4	9	134	17	10	49	77	10	494
Somatório das categorias	14	17	480	38	20	52	91	20	499

Fonte: dados da pesquisa

Três aspectos sobre às evidências encontradas:

- a) As unidades, ou órgãos, responsáveis pelo tema cultura possuem características variadas, conforme a estrutura administrativa em cada estado;
- b) Informações disponíveis nos sítios eletrônicos assumem variados formatos, e, em geral, dizem respeito a matérias institucionais produzidas pelas assessorias de comunicação dos próprios órgãos;
- c) Embora as buscas indiquem um grande volume de dados, o acesso a estes é escasso, como nos estados do Ceará e da Bahia. Para manter a transparência na coleta de dados, a quantidade de documentos levantados foi mantida.

Considerando os aspectos destacados, na sequência, Quadro 2, informações são apresentadas para cada um dos estados do nordeste brasileiro.

Quadro 2. Informações sobre cultura em Estados do Nordeste – Brasil (período de 25 a 30 de junho de 2021).

Estado	Unidade	Informações
PI	Secretaria de Estado de Cultura do Piauí	Na SECULT há publicação da estrutura administrativa do órgão, mas não há coordenadoria ou gerência específica para tratar sobre economia da cultura. Feitas as buscas por categoria de análise, foram reportados 10 achados em economia da cultura e 3 em economia criativa, e em todas elas, notícias de eventos realizados e sem relação direta com os conceitos propostos.
CE	Secretaria da Cultura do Ceará - Coordenadoria de Economia da Cultura	Na COEC, responsável pela política de economia da cultura, de fomento e incentivo à cultura, com base no Sistema Estadual de Cultura (Siec), que dispõe sobre o Fundo Estadual de Cultura (FEC), o Mecenato e editais da cultura, como se pode verificar no ícone “quem é quem” na aba “institucional”, da página oficial. Com relação à busca das palavras-chave, temos que o sítio eletrônico da SECULT-CE está dividido em abas – Serviços / notícias / outros. Na busca por “economia criativa”, foram encontrados 134 resultados em notícias, e 7 resultados em “outros”. Todos esses resultados apontavam para outros sítios eletrônicos sites da administração pública do Ceará que noticiam eventos relacionados à discussão da economia criativa, ou que a apontam como objetivo de ação. No campo “outros”, dos sete achados, dois tratavam especificamente de economia criativa e encaminhavam para outros dois sítios eletrônicos do governo: uma para a Câmara Setorial e Temática de Economia Criativa da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, e outro para o sítio eletrônico da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, constando em uma lista de <i>clusters</i> prioritários para acelerar o desenvolvimento econômico.
MA	Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão	A SECMA disponibiliza a estrutura administrativa do órgão no sítios eletrônicos, mas não há coordenadoria ou gerência específica para tratar sobre economia da cultura. Feitas as buscas por categoria de análise, foram reportados 8 achados em economia da cultura e 9 em economia criativa, e em todas elas, notícias de eventos realizados. Com relação à categoria de economia criativa, importante mencionar que embora o sítio eletrônico pareça reportar mais páginas com resultados de busca, não obedece ao comando de avançar para as páginas seguintes, limitando os achados à quantidade informada.
RN	A cultura é gerida pela Fundação José Augusto – FJA	Não na página informação sobre a estruturação administrativa, e também não há campo específico de busca. A pesquisa, no sítio eletrônico, é encaminhada para o portal do governo do estado. Quando se procede à pesquisa das categorias de análise a busca é feita em todo o portal do Governo. Buscando por economia da cultura, o sítio eletrônico reporta como resultado 12072 itens dentre matérias, vídeos, imagens, documentos e links. Na aba “matérias”, embora reporte 7143 itens, exibe 40 links com notícias. Destes, 19 foram descartados, por serem anteriores ao recorte temporal estabelecido. Das 21 restantes, 17 tratam de eventos e notícias relacionadas a editais da Lei Aldir Blanc e 4 a respeito do Programa Pró-Cultura, política de fomento através de linha de crédito para microempreendedores da cadeia produtiva da cultura, executada pela Agência de Fomento do RN (AGN-RN). Buscando por economia criativa, o sítio eletrônico reporta como resultado 4775 itens no geral, e 3481 matérias.
PE	Portal da Cultura Pernambucana - Secretaria de Cultura e Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)	Ao tentar verificar a estrutura organizacional na aba “institucional”, o sítio eletrônico não avança, inviabilizando a pesquisa. Contudo, explorando o portal encontramos no campo “linguagens”, ao lado de artes cênicas, artes visuais, audiovisual, cultura popular, designer, moda, fotografia, gastronomia, literatura e música, a Economia Criativa. Dos achados, apenas um, continha economia criativa como política, e tratava do “Paço Criativo”, programa que oferecerá ações formativas para fomentar a economia criativa e a sustentabilidade dos atores e fazedores da cadeia produtiva do frevo, patrimônio imaterial da humanidade, em parceria com instituição privada o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

PB	Secretaria de cultura do estado da Paraíba	<p>O sítio eletrônico da SecultPB, não informa a estrutura administrativa, exibe na página inicial, com relativo destaque, ícone de acesso para “empreender cultural”, onde há notícia de 2019 com prazo para recebimento de propostas de financiamento para a Linha de Crédito Empreender Cultural, uma das nove linhas de crédito implementadas pelo Programa de Apoio ao Empreendedorismo na Paraíba (Empreender-PB). A linha é destinada ao fortalecimento da economia da cultura e resulta de uma ação conjunta envolvendo a Secretaria Executiva do Empreendedorismo (órgão responsável pela administração e operacionalização do programa), a Secretaria de Estado da Cultura e o Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos. Ao pesquisar “economia da cultura”, a busca reporta 3 resultados, sendo 2 deles referentes ao Empreender Cultural. Já quando a expressão é economia criativa, a busca reporta 49 resultados, dentre notícias de eventos e matérias institucionais. Destes, chama a atenção matéria do ano de 2020 referente ao Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), que destinará R\$ 100 mil a projetos criativos e inovadores aplicáveis em diversas áreas. A inovação também é referenciada em outras notícias que destacam discussão sobre ambiente pró-inovação e criação de polos e parques tecnológicos de inovação e link de acesso à revista Horizontes da Inovação editada pela secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia em 2019.</p>
AL	Há estrutura organizacional da secretaria, mas nela não consta departamento dedicado à economia da cultura	<p>O resultado da busca por “economia da cultura” reporta 14 achados, sendo que 8 são notícias, e 6, publicação de atos administrativos como ata de reunião, decretos que dispõe sobre o regimento interno da secretaria e o que institui o Plano Estadual de Cultura. Importa destacar que tanto o regimento quanto o Plano Estadual de Cultura fazem referência à economia da cultura. No regimento, com uma referência (art. 14, VI), determinando que compete à Superintendência de Fomento e Apoio à Produção Cultural - SFAPC realizar pesquisas sobre a economia da cultura. No Plano, 5 referências: art. 2º, III; art. 3º, II; art. 10, III e no anexo, constando do Eixo I, item 1.3 e Eixo IV. Economia da Cultura é tratada como objeto do eixo IV, que pretende “ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico, promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura e induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais”. Já a categoria de análise “economia criativa” teve 77 resultados. Deles, 37 são notícias relacionadas a eventos, seminários e conferências. Os outros 40, relativos a atos administrativos de editais. Os editais disponíveis dizem respeito aos anos entre 2016 e 2020. Das publicações disponíveis no ano de 2016 destacam-se os editais do FICA – Fomento e Incentivo à Cultura Alagoana - Prêmio Diogo Silvestre, com edições próprias nos campos de Folclore, dança, audiovisual, cultura popular, fotografia e música. A cultura criativa aparece como objetivo do edital no item 2.4, assim redigido: Desenvolver atividades que fortaleçam a produção cultural, a economia criativa, de forma sustentável na sua dimensão material e imaterial”. Outra referência importante é encontrada em 2019, no 1º Circuito Criativo de Alagoas cujo objetivo é “promover e estimular a Economia Criativa nas suas múltiplas vertentes”. Esta publicação, em específico, trata sobre o seguimento de gastronomia. No ano de 2020, a categoria de análise aparece em todos os editais disponíveis no sítio eletrônico como critério de avaliação no julgamento das propostas, no tópico de “inovação e criatividade”, que deverá avaliar a capacidade de inovação e criatividade do artista, focando nos conceitos de economia criativa e cultura.</p>
SE	A cultura é gerida pela Fundação de Cultura e Arte Aperipê (Funcap)	<p>Há publicada a estrutura organizacional da fundação, mas nela não consta departamento dedicado à economia da cultura. Ao pesquisar “economia da cultura”, a busca reporta 10 resultados, todos de matérias institucionais, sendo que 4 delas se referem ao Edital Reinvente SE, projeto que teve duração de quatro meses (maio a agosto de 2020), baseado na promoção da economia criativa artístico-cultural, através de conteúdos digitais; uma matéria referente à lei Aldir Blanc, e os outros relacionados a eventos culturais realizados no estado. No que se refere ao edital da Lei Aldir Blanc, destaca-se que nos dois editais lançados há referência à economia criativa. Um já no título: “Prêmio de Cultura Popular, Patrimônio Cultural e Economia Criativa”, no outro, “Edital de premiação para formação e produção cultural”, na categoria que compõe o eixo de educadores culturais para realização de oficinas. Quando a categoria é economia criativa, a busca reporta 10 resultados, mas de mesmo conteúdo que a busca anterior, demonstrando que as expressões se confundem no mecanismo de buscas.</p>

BA	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, SECULTBA	<p>Abriga texto sobre a matéria, e ícone “Bahia Criativa” com texto explicativo do que vem a ser o programa, e mais um link de acesso para sítio em domínio próprio com apresentação, linha de atuação, calendários de atividade, conteúdo de informação e notícias. O Bahia Criativa se apresenta como uma incubadora que integra as ações do Governo Estadual da Bahia para o desenvolvimento da economia criativa advinda de ação da Secretaria de Cultura (SECULT) executada pela Diretoria de Economia da Cultura (DEC) da Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT) com incentivo do Ministério da Cultura (Minc), como parte do Programa Brasil Criativo. O objetivo do programa é oferecer formação, capacitação, consultoria e assessoria para produtores e agentes culturais, sempre com foco na gestão de empreendimentos e projetos criativos através da realização de cursos, palestras, seminários e oficinas. Também visa oferecer consultorias individuais e coletivas em todos os 27 Territórios de Identidade do estado. A proposta obedece a quatro linhas de atuação, na política de apoio à Economia Criativa no Estado da Bahia: a) Geração e difusão de conhecimento; b). Fomento a empreendimentos criativos; c) Formação para profissionais criativos; Promoção de negócios criativos. Ao proceder às buscas das categorias de pesquisa, encontrou-se em economia da cultura 5 referências. Todas elas apontavam para o próprio sítio eletrônico e dispunham sobre a secretaria, suas diretrizes, o programa de economia da cultura acima referenciado, a lei orgânica da cultura da Bahia e Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT), responsável por coordenar o Sistema Estadual de Fomento e Financiamento da Cultura. Nestas referências a economia da cultura aparece com destaque.</p>
----	--	---

Fonte: dados da pesquisa

Conforme as informações coletadas, observa-se que não apenas as pastas dedicadas à cultura especificamente tratam de economia criativa e economia da cultura. Em estados como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, foram encontradas referências de políticas públicas de fomento através de linhas de crédito em agência de desenvolvimento dos Estados. Importa mencionar que no estado de Pernambuco apareceram políticas com iniciativa privada e organismo internacional

6. Discussão dos Resultados

Dos resultados encontrados observa-se que apenas nos estados do Ceará e Bahia há estrutura administrativa específica para abordar a política de economia da cultura, de fomento e incentivo à cultura. Além da Coordenadoria de Economia da Cultura – COEC, dentro da SECULT/CE, há Câmara Setorial e Temática de Economia Criativa da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, e ainda definição da economia da cultura no sítio eletrônico da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, como clusters prioritários para acelerar o desenvolvimento econômico no estado.

No Estado da Bahia, a Diretoria de Economia da Cultura (DEC) da Superintendência de Promoção Cultural (SUPROCULT) está à frente do programa Bahia Criativa, incubadora que integra as ações do Governo Estadual da Bahia para o desenvolvimento da economia criativa. O programa, que oferece formação, capacitação, consultoria e assessoria para produtores e agentes culturais, obedece a quatro linhas de atuação, dentro da política de apoio à Economia Criativa no Estado: a) Geração e difusão de conhecimento; b) fomento a empreendimentos criativos; c) Formação para profissionais criativos; d) Promoção de negócios criativos.

Ainda que não possuam coordenadoria ou diretoria de Economia da Cultura, os Estados de Sergipe e Alagoas trazem mais conteúdos relacionados às categorias de análise, quando comparados aos outros Estados. Em Sergipe, por exemplo, há o “Prêmio de Cultura Popular, Patrimônio Cultural e Economia Criativa”, e nos editais de premiação para formação e produção cultural, previsão de realização de oficinas para educadores nesse sentido.

Em Alagoas, a economia da cultura aparece tanto no regimento interno da secretaria – fazendo referência quanto à competência para realizar pesquisas sobre o tema, quanto no Plano Estadual de Cultura, em que é tratada como eixo de atuação para ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico, promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura e induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais (Alagoas, 2013).

Das políticas públicas de cultura, dois Estados se destacam por oferecerem linha de crédito de fomento à economia da cultura: Rio Grande do Norte e Paraíba. Nestes, as linhas de crédito são feitas pelas agências de

fomento dos estados, deslocando as políticas culturais para pastas relacionadas fundamentalmente ao empreendedorismo, reforçando a dimensão econômica da cultura.

No que diz respeito à inovação, são observadas referências na Paraíba, que reportam discussões sobre ambiente pró-inovação no estado, e sobre o Prêmio Delmiro Gouveia de Economia Criativa, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), que premia projetos criativos e inovadores em diversas áreas da cultura; em Alagoas, nos editais disponíveis no sítio eletrônico, estabelece como critério de avaliação no julgamento das propostas, a capacidade de inovação e criatividade do artista.

Da análise dos dados é possível analisar, ainda, que estados do Piauí, Maranhão e Pernambuco pouco têm referência às categorias de análise pesquisadas, e, em geral, reportam apenas realização de eventos ou menções discursivas, sem apontar para políticas públicas.

Percebe-se que dentre os Estados nordestinos, a Bahia aparece com superior destaque, tanto pelo Bahia Criativa, programa específico voltado para a Economia Criativa, quanto pelo compromisso na elaboração e avaliação de políticas públicas de cultura. Nesse caminho, realizou dois estudos relacionados à dimensão econômica da cultura: o primeiro sobre o impacto da Covid-19 na Economia Criativa; e o segundo, sobre a contribuição econômica da cultura no estado, que teria gerado em 2018 quase R\$ 8 bilhões no total da economia baiana, correspondendo a 3,2% do Valor Agregado ao PIB estadual.

7. Conclusão

O estudo verifica políticas públicas de cultura implementadas em nove Estados do nordeste do Brasil, entre os anos de 2016 a 2020, considerando marco inicial a edição do Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC), em 2016, instrumento de planejamento do Ministério da Cultura que baliza estrategicamente as políticas públicas culturais. A análise visa compreender políticas públicas de cultura na perspectiva da inovação, com foco no seu papel para o desenvolvimento socioeconômico, geração de riqueza, emprego e renda.

Destaca-se, considerando a abordagem de Talila (2007), que a preocupação com a dimensão econômica da cultura ainda é recente, e a Economia da Cultura, assunto ainda emergente, embora a contribuição da cultura para o desenvolvimento regional seja tema reconhecido.

Por meio da pesquisa documental foi possível verificar as políticas públicas implementadas pelos estados, sob a perspectiva da inovação, e de sua visibilidade, para a pasta de cultura com vistas ao desenvolvimento. Em relação aos entes federados pesquisados, em sua maioria, não utilizaram instrumentos e modelos fornecidos pelo PNEC, inclusive não é mencionado como instrumento na institucionalização de políticas culturais, nos dados encontrados.

É possível que o momento político da elaboração do programa, contextualize a ausência de referência à PNEC. Com a assunção do Governo de Michel Temer, como Presidente do Brasil, após o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, houve reformulação na estrutura do MinC, o que nas palavras de Ghezzi e Vidigal (2016, p. 477) gerou “uma grave fragilização em uma das agendas históricas voltadas ao campo das políticas públicas de cultura”.

Se em parte se pode inferir que a ausência de visibilidade do programa e sua preocupação inovadora para a sistematização das políticas públicas no ramo da cultura e a possibilidade de implantação de uma agenda de cultura mais sistematizada, se deva ao momento político, não se deve olvidar da responsabilidade dos Estados com a pasta.

Dentre os estados pesquisados, há destaque para a Bahia, com institucionalização de políticas públicas em economia criativa e políticas voltadas para a dimensão econômica da cultura, inclusive com estudos sobre a contribuição econômica da cultura no estado.

As questões atinentes à inovação são tímidas, quase invisíveis, deixando-se de demonstrar, inclusive, as inovações já consolidadas como importantes instrumentos para a gestão pública, como o diálogo com a sociedade civil.

A pesquisa apresenta contribuições por demonstrar as políticas culturais nos estados do nordeste brasileiro, evidenciado quais os estados têm encaminhado agendas de cultura mais consistentes e inovadoras com base na política nacional que criou o Programa Nacional de Economia da Cultura, possibilitando que os gestores públicos conheçam as políticas praticadas por outros entes federativos da região.

Apesar da limitação quanto ao método de coleta dos documentos, o aprofundamento do exame das políticas culturais implementadas pode ser empreendido, para vislumbrar como a dimensão econômica da cultura é abordada, considerando a perspectiva da inovação. Sugere-se aprofundamento de estudo no estado em que o conteúdo emergiu mais fortemente e conta com pesquisas que demonstram a contribuição da cultura para o desenvolvimento local.

Pesquisas futuras podem incorporar outros elementos de análise, considerando o percurso histórico das políticas de cultura nos Estados pesquisados, por meio de arquivos históricos, depoimentos e entrevistas com atores das políticas de cultura. Também se poderia apresentar os marcos históricos da cultura junto aos Estados, de maneira a fundamentar a história da cultura, contextualizando os processos inerentes a cada região estudada, podendo subsidiar produções importantes para a compreensão da cultura e institucionalização de práticas referenciadas no escopo histórico de cada ente federativo.

Referências

- Alagoas. (2013). Decreto nº 27.736, de 29 de agosto de 2013. Institui o Plano Estadual de Cultura – PEC e cria o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e dá outras providências. Maceió, Alagoas, 30 ago. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/legislacao/decretos/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20CULTURA.pdf/view>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- Amaral Filho, J. do. (2009). Cultura, Criatividade e Desenvolvimento. Políticas Culturais em Revista, Salvador, 1(2), 4-19.
- Arantes, A. A. (2007). Diversity, heritage and cultural politics. *Theory, Culture & Society*, 24 (78), 290-296.
- Bolaño, C. R. S. (2015). A propósito do depoimento à Assembleia Constituinte. Salvador: EDUFBA.
- Botelho, I. (2007). A política cultural & o plano das idéias. In: Rubim, A. A.C.; Barbalho, A. Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA.
- Botelho, I. (2001). Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspec.*, São Paulo, 15(2), p. 73-83.
- Brasil. (2016). Ministério da Cultura. Relatório Final do Programa Nacional de Economia da Cultura (PNEC). Brasília. Disponível em: < http://sniic.cultura.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/pnec_relatoriofinal_2.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- Calabre, L. (2007). Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, A. A. C.; Barbalho, A. Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, p. 109-132.
- Calado, S. dos S.; Ferreira, S. C. dos R. (2005). Análise de Documentos: método de recolha e análise de dados. Metodologia da Investigação I: DEFCUL, [s. l.]..
- Campos, F. E., & Florissi, S. (2011). Políticas culturais e desenvolvimento socioeconômico: alternativas de produtores e articuladores culturais em Boa Vista, no estado de Roraima. II Seminário Internacional Políticas Culturais – Desafios: os campos da formação em gestão cultural e da produção de informações.
- Castells, M. (2000). A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.
- Cruz, E. R. L. da., & Oliveira, P. C. M. de. (2015). Criatividade, inovação, cultura e desenvolvimento: uma contribuição ao debate. In: Bolaño, C. R. S. Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado. Salvador: EDUFBA.
- De Marchi, L. (2014). Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. *Intercom – RBCC*, 37 (1), p. 193-215.
- Dias, M. C. (2014). Inovação, Cultura e Sustentabilidade: um estudo sobre a economia criativa. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória.
- Fávero, A. A.; Centenaro, J. B. (2019) A pesquisa Documental Nas Investigações de Políticas educacionais: potencialidades e limites. *Contrapontos* (online), 19, 170-184.
- Furtado, C. (1984). Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, C. (2012). Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Garcia, S. R. (2016). Economia Criativa e Inovação: Pequenas empresas em Porto Alegre. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, 9(2), p. 416-436.
- Ghezzi, D. R., & Vidigal, G. P. (2016). Programa de Economia da Música: histórico e perspectivas. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, 9(2), p- 459-485.

- Lima, L. P. B., & Ortellado, P., Souza, V. (2013). O Que São as Políticas Culturais? Uma Revisão Crítica das Modalidades de Atuação do Estado no Campo da Cultura. IV Seminário Internacional – Políticas Culturais, Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil.
- Mazzucato, M. (2014). O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Companhia das Letras.
- Oakley, K. (2006). Include Us Out: Economic Development and Social Policy in the Creative Industries. *Cultural Trends*. 15(4), p. 255-273.
- Oliveira, J. M. De., Araújo, B. C. De., & Silva, L. V. (2013). Panorama da Economia Criativa no Brasil. Texto para discussão: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_188o.pdf. Acesso em: 1 jun. 2021.
- Pacheco, F. J. K. (2017). Programa nacional de economia da cultura – PNEC. I Encontro Internacional de Cultura, Linguagens e Tecnologias do Recôncavo, Santo Amaro.
- Porter, M. (1998). Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*. 76 (6), 77-90.
- Porto, M. (2007). Cultura para a política cultural. In: Rubi M, A. A. C.; Barbalho, A. Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA.
- Procopiuck, M., & Mari Freder, S. (2013) Políticas públicas de fomento à Economia Criativa: Curitiba e contexto nacional e internacional. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, 2 (2), 5-29.
- Sachs, I. (2005) Desenvolvimento e Cultura. *Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. Organizações & Sociedade*, v. 12, p. 151-162.
- Sachs, I. (2000). *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.
- Sunley, P. (2003). Deconstructing clusters: chaotic concept or policy panacea? *Journal of Economic Geography*, 3, p- 5–35.
- Tolila, P. (2007) *Cultura e Economia: problemas, hipóteses, pistas*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural.
- Tatagiba, L. (2011). Qualidade dos processos participativos: a questão dos atores e seus repertórios de ação”. In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea. Unesco. (2005). *International flows of selected cultural goods and services, Montreal, 1994-2003*.
- Varzea, M. P. N. (2020). *Museologia, Políticas Públicas e Sustentabilidade: um estudo de caso sobre o financiamento de Museus no Rio de Janeiro*. Tese (Doutoramento em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração Departamento de Museologia, Lisboa.